

A gênese do assédio: uma análise histórico-social

The genesis of harassment: a historical-social analysis

Terezinha Martins dos Santos Souza*, Ivan Ducatti**

Resumo- Analisamos as relações sociais vigentes em diversos períodos históricos, para demonstrar que o assédio moral no trabalho somente pode emergir no período da reestruturação produtiva, por exigência do movimento específico que o capital empreende no período, para continuar valorizando o valor. Tal tese vai na contramão da maioria dos(as) teóricos(as), que afirmam que o assédio moral no trabalho sempre existiu. Para demonstrar nossa tese, analisa-se a forma como a subjetividade se apresenta na história, quando cada época histórica, para sua própria manutenção, faz emergir e mantém determinadas características e emoções nos seres sociais. Parte-se do pressuposto de que à determinada estrutura corresponde uma dada superestrutura, mediada dialeticamente por relações sociais complexas. Na acumulação flexível do capital, que se inicia nos anos 1970, surge o assédio moral no trabalho como a forma de gestão necessária do capital para enfrentar sua (mais forte) contestação, advinda dos(as) trabalhadores(as).

Palavras-chave: assédio moral no trabalho; história; reestruturação produtiva; materialismo histórico-dialético; Saúde do Trabalhador.

Abstract- We analyze current social relations in different historical periods to demonstrate that workplace mobbing might just emerge during the restructuring process, as a demand of the specific movement of capital, in such period, in order to continue the valorization of value. This thesis goes against the most of the theoreticians that claim that workplace mobbing has always existed. To demonstrate our thesis, we analyze how subjectivity in every historical epoch, for its own maintenance, brings out and maintains certain characteristics and emotions in the social beings. It is assumed that a given structure corresponds to a given superstructure, dialectically mediated by complex social relations. During the flexible accumulation of capital, which begins in the 1970's, appears workplace mobbing as a necessary way of managing capital, required to face a (strongest) workers' contestation.

Keywords: workplace mobbing (moral harassment); history; productive restructuring; historical dialectical materialism; Workers' Health.

* Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). *Correspondência:* Rua Dr. Júlio Ottoni, 358, Santa Teresa, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20241-400. E-mail: <tecabaiana@gmail.com>; sítio eletrônico: <www.assediomoral.org.br>.

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Correspondência:* Rua Dr. Júlio Ottoni, 358, Santa Teresa, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20241-400. E-mail: <ducattivan@gmail.com>.

Introdução

As ciências sociais e humanas, que tratam do tema assédio moral no trabalho, têm abordado essa categoria de modo empírico, assim como, segundo Laurell apud Garcia (1989), a medicina tratou a relação entre trabalho e saúde, não permitindo uma análise da essência da relação trabalho-saúde, nem a identificação do que determina o aparecimento do fenômeno, seu desenvolvimento, as mudanças ou o desaparecimento de conceitos a ele relacionados (GARCIA, 1989),

Indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção” (MARX, 1986, p. 35).

A análise do assédio moral no trabalho como se fora sempre existente tem como pressuposto a ideia de que a violência que emerge neste fenômeno é parte imanente dos seres humanos, apenas se manifestando diferentemente em cada época histórica. Neste artigo utilizamos o pressuposto de que os sentimentos são “aprendidos”, internalizados no decorrer da história (LANE).

Combatem-se as teorias psicológicas que propugnam um sujeito a-histórico, com uma estrutura interna fixa, em que a história apenas atualiza o modo de apresentar-se, mas cujas características nela não são construídas. Opomo-nos tanto às teorias construtivistas, que propugnam um sujeito completamente construído, como às teorias essencialistas, que defendem uma essência humana atualizando-se na história – com pequenas variações entre si. Propugna-se que o desenvolvimento do ser social – o processo da história (NETTO, 2006) se apresenta como o processo de humanização dos seres humanos, no qual as determinações naturais sofrem um recuo, que cada vez mais distanciam estes seres humanos da natureza, sem, no entanto, suprimir esta relação. O desenvolvimento histórico se realiza enquanto desenvolvimento do ser social, processo de produção da humanidade por meio de sua autoatividade: o trabalho. (NETTO, 2006).

É na história do desenvolvimento do ser social que foi se constituindo de diferentes formas conforme a época histórica o exigiu e possibilitou, que se buscam a gênese e a necessidade histórica do surgimento do assédio moral no trabalho.

Afirmar a eternidade dos fenômenos foi, é e sempre será uma estratégia utilizada frequentemente pelo pensamento conservador. Disfarçar o movimento e esconder o processo da mudança, a inexorabilidade da história são movimentos necessários para o pensamento que tenta manter e eternizar as sociedades de classe. O pensamento que se pretende pro-

gressista busca na história as permanências e as mudanças, tentando apreender em cada processo quais os elementos que auxiliam na manutenção ou na transformação do *status quo*. Analisemos sucintamente então como se dá na história o surgimento das diversas formas de organizar a produção e como nelas se apresentam o trabalho humano e as relações sociais entre as classes, especialmente entre os dominados e os dominadores.

Formas de trabalho anteriores ao capitalismo

A primeira forma de sociedade de classes foi o escravismo, que emerge com o surgimento do excedente econômico – ou seja, a comunidade produz mais do que o necessário para o próprio consumo. No escravismo o trabalho era realizado com os senhores exercendo a coerção aberta, sendo que o excedente que o produtor direto (escravo¹) produzia lhe era retirado mediante o uso da violência, real e potencial (NETTO, 2006). O escravo era propriedade de outro ser humano, geralmente um homem; sua vontade está subordinada à autoridade de seu dono e seu trabalho é obtido mediante coação (CARDOSO, 1984). Os seres humanos aprisionados nas guerras travadas nas comunidades primitivas eram mortos ou devorados, porque não havia como explorá-los (NETTO, 2006). As relações sociais mudam radicalmente com o surgimento do excedente econômico, pois passa a valer a pena escravizar e explorar seres humanos, uma vez que estes podem tornar-se instrumentos de produzir excedentes. Em suma, não há escravidão se não houver propriedade privada da terra; se não houver desenvolvimento suficiente (que produza excedentes) para a produção mercantil e de mercados; bem como a inexistência de um suprimento interno adequado de força de trabalho dependente, levando à necessidade de ir buscar fora (CARDOSO, 1984, p. 40).

A força e a violência são abertamente empregadas para organizar uma pirâmide social composta de uma minoria de proprietários de terras e de escravos e uma massa de seres humanos que não dispõem sequer da própria vida, sendo que entre estes pólos opostos circulam os artesãos livres e os camponeses. Na sociedade escravista o antagonismo entre escravos e seus proprietários era a tônica dominante, mas entre os poucos segmentos livres (como artesãos e camponeses) existia também subgrupos que executavam as funções administrativas e burocráticas ou repressoras. No modo de produção escravista, o trabalho era realizado *por meio da coerção aberta e a violência, tanto real como potencial*, era utilizada para extrair o excedente produzido pelo seu produtor direto, o escravo. Aqui não há

¹ Entendemos o trabalho escravo como “aquele trabalho para o qual o trabalhador tiver sido recrutado sem seu consentimento voluntário; e/ou do qual não se puder retirar se assim o desejar, sem ficar sujeito à possibilidade de uma punição”. (CARDOSO, 1984, p. 18).

necessidade histórica de escamotear-se o uso da violência, de escondê-la ou disfarçá-la, porque ela era exercida e aceita, como legal e legítima.

A crise do Império Romano põe fim à era do escravismo, que, após um período de transição, foi substituída pelo modo de produção feudal. Se no período do escravismo vigia a centralização imperial, no feudalismo passar a vigorar a atomização dos feudos, unidades econômico-sociais desse modo de produção. A economia era fundada no trato da terra e o feudo pertencia a um nobre, que era o senhor e sujeitava os produtores diretos (servos). Havia uma enorme distinção entre a *condição servil dos camponeses e dos escravos: aqueles* dispunham de instrumentos de trabalhos e retiravam seu sustento das glebas e terras comunais em que produziam. *A relação entre o servo e o senhor feudal implicava uma série de compromissos mútuos: o senhor protegia a vida do servo e este lhe prestava serviços, o que era significativamente diferente da relação que o escravo mantinha com o seu proprietário. Permanecia igual o monopólio da violência, real e potencial, que os senhores exerciam no limite dos seus feudos, para se apropriar do excedente produzido pelos seus servos. Estes devotavam ódio a seus senhores, pela vida miserável a que eram obrigados, mas tinham com eles o compromisso de não se afastar dos feudos, embora rebeliões entre servos tenham sido fartamente documentadas pela história.*

As relações sociais de produção gestadas no feudalismo terminam por impulsionar um imenso desenvolvimento do comércio, fomentando a atividade comercial em regiões afastadas, estimulando o surgimento das cidades. No seio dessas relações o grupo social dos comerciantes/mercadores começa a ganhar importância, movidos por um único objetivo: o lucro. A forma de riqueza, que até aqui fora a propriedade da terra, é substituída pela acumulação de dinheiro, gestando-se aí o surgimento de uma nova classe: a burguesia.

A derrocada do modo de produção feudal e sua substituição pelo capitalismo tem entre seus elementos constituintes a luta de classes que se estabelece na crise feudal. No século XIV a produção que se fundamentava no cultivo e na pecuária viu-se comprometida, pois as terras já cultivadas estavam esgotadas e não havia recursos técnicos para recuperá-las. Além disso,

A luta entre as classes fundamentais do modo de produção feudal, senhores e servos (proprietários fundiários e camponeses), agudizam-se dramaticamente a partir de então, já que os primeiros, para compensar a redução do excedente econômico de que se apropriavam, trataram de acentuar a exploração dos produtores diretos (NETTO, 2006, p. 71).

Os servos foram derrotados pela força, pelo uso *da violência explícita*, não havendo aqui sinais de que o uso da violência *era implícita, escamoteada*. Inclusive também entre os senhores instalaram-se conflitos que se

transformaram em verdadeiro banditismo, com o século XVI se tornando palco de confrontos sociais brutais. Entretanto, mesmo derrotados os produtores diretos (servos), essa luta conduziu a importantes alterações no regime feudal. Entre essas alterações, vale notar que do ponto de vista político ocorre uma centralização de poder, que no surgimento do Estado absolutista encontra sua mais perfeita tradução. Para Netto, que vai ao encontro de análises de Elias (1999), “O Estado absolutista representou a resposta dos senhores à rebeldia dos servos: seu caráter de classe mostrou-se óbvio – foi um notável reforço para combater as mobilizações camponesas”. (NETTO, 2006, p. 72).

E no que se refere ao tema em tela, o assédio moral no trabalho definido como “atos vexatórios e humilhantes *ligados à situação de trabalho*”, analisemos que relações de trabalho vigiam no ano de 1789, para verificar se há aí sinais de sua existência ou de sinais de sua necessidade histórica. Hobsbawm, ao analisar as relações sociais do período, afirma:

Do ponto de vista das relações de propriedade agrária, podemos dividir a Europa em três grandes segmentos. [...] O lavrador típico era o índio que trabalhava à força ou se encontrava virtualmente escravizado, ou o negro que trabalhava como escravo; um pouco mais raramente, um camponês arrendatário, um meeiro ou algo semelhante. (Nas colônias das Índias Orientais, onde o cultivo direto por plantadores europeus era mais raro, a forma típica de *compulsão* usada pelos controladores da terra era a entrega obrigatória de cotas de safra, como por exemplo especiarias ou café na ilhas holandesas). Em outras palavras, o cultivador típico não tinha liberdade ou então *trabalhava sob coerção política*. O proprietário típico era o dono de uma propriedade enorme, quase feudal (*hacienda*, *finca*, *estância*), ou de uma plantação com escravos (HOBSBAWM, 1994, p. 29 – grifos nossos).

Donde se depreende que as relações de dominação ali existentes, entre donos dos meios de produção e trabalhadores(as), ou melhor, entre exploradores e explorados, era explícita, *não necessitava ser escamoteada*, era direta, sem mediações ideológicas. A visão de mundo aí expressa propugnava que o senhor era dono da vida do escravo ou servo, possuía poder de vida e de morte sobre eles e assim o era porque era esta a vontade divina e assim sempre o fora. Não havia necessidade da ideologia como inversão do real, não havia necessidade de “esconder” o real, era assim e pronto; a ideologia aí só aparecia (no seu sentido positivo) como um conjunto de ideias que explicava o mundo e descrevia as relações sociais efetivamente existentes. É apenas com o advento da Revolução Francesa, quando a burguesia se constitui em classe para si, que aparece a necessidade de universalização, ou seja, a burguesia para se constituir como classe dominante, teve a necessidade de elaborar o conjunto de ideias que justificasse sua existência, ou seja, de produzir ideologia, no sentido negativo deste conceito, como conjunto de ideias que invertem a realidade, justificando o modo

como o mundo está organizado. Essa doutrina, denominada liberalismo, que no início era apenas o conjunto de ideias explicativas sobre as pretensões da classe ora revolucionária que se batia contra os velhos estamentos etc., tinha necessariamente que ter um caráter universal para romper com os localismos e regionalismos dos feudos. No entanto, logo essa doutrina se transforma, quando a burguesia se torna classe conservadora (1848), quando precisa enfrentar a classe trabalhadora que surgira na cena política como classe para si, antagônica à burguesia, por intermédio das inúmeras revoluções empreendidas em quase todo o continente europeu naquele 1848. Agora, trata-se de ideologia no seu sentido negativo, como inversão e encobrimento do real. Vigem relações contraditórias, quando as palavras ganham o sentido muitas vezes oposto, mas sempre necessariamente amplo, enquanto o real a que elas se referem é cada vez mais estrito, particular, de uma classe. Os interesses de uma classe, a burguesia, precisam aparecer como se fossem os interesses de todos – e aqui o Estado burguês aparece como a encarnação desse processo. E em cada momento desse processo, quanto mais se aprofunda o processo de particularização – inclusive dentro da mesma classe burguesa, como no que se refere à passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista –, mais se torna necessária a produção de ideologias que justifiquem e expliquem o real, invertendo-o. E mesmo em cada momento histórico desse processo de existência do capitalismo, que universaliza a história, as necessidades ideológicas se transmutam, porque se transmutam as condições para produção e reprodução do capital.

Assim, pressupor a existência da “necessidade de humilhação” na relação de trabalho nesse período histórico é, do ponto de vista histórico, um anacronismo. Anacronismo consiste em relacionar certa data com fatos, pensamentos, costumes etc. que não lhe correspondem. No sentido estrito historiográfico, o anacronismo pode resultar em manifestações de fenômenos e comportamentos estranhos a uma dada época histórica, por estes serem expressões de relações sociais inexistentes, ora resultantes da superação de tradições e costumes que limitam ou inibem tais relações ou, simplesmente, por essas correlações em questão não terem como produzir um determinado fato histórico inovador em virtude dos limites de seu mundo produtivo, que condiciona a existência do mundo das ideias. Leonardo da Vinci chegou a idealizar um protótipo de transporte aéreo semelhante ao helicóptero, porém de madeira, condicionado pelos limites históricos de sua projeção científica; tal aparelho seria inoperante, uma vez que tal material não resistiria às pressões atmosféricas. Mesmo nesse caso, em que se projeta a possibilidade de existência de um meio de navegação aéreo, as condições de realização de tal objeto materialmente não estão dadas tanto pelas condições socioeconômicas, tanto quanto pelas condições tecnológicas que advêm do desenvolvimento das condições primeiras.

[...] O camponês típico era um servo, que dedicava uma enorme parte da semana ao trabalho forçado na terra do senhor ou o equivalente em outras obrigações. Sua falta de liberdade era tão grande que mal se poderia distingui-la da escravidão, como na Rússia e partes da Polônia, onde podia ser vendido separadamente da terra: um anúncio na Gazette de Moscou em 1801 colocava “à venda, três cocheiros, bem treinados e bastante apresentáveis, duas moças de 18 e 15 anos, ambas de boa aparência e hábeis em vários tipos de trabalhos manuais. A mesma casa tem à venda, duas cabeleireiras, sendo uma de 21 anos, que sabe ler e escrever, tocar instrumentos musicais e fazer trabalhos de mensageira, e a outra para a arrumar os cabelos de cavaleiros e damas; vendemos também pianos e órgãos” (HOBSBAWM, 1994, p. 31) (grifo dos autores).

O anúncio público em que se vendem pianos, órgãos, moças e cocheiros, sinaliza que essa era uma prática corriqueira, bem vista, natural. Como se coaduna essa naturalidade com que os senhores dispõem sobre o destino dado às suas propriedades – seja coisas ou pessoas – com uma necessidade de práticas vexatórias, uma exposição dos(as) trabalhadores(as) a situações de humilhações repetitivas e prolongadas ligadas a situações de trabalho e/ou no exercício de suas funções (BARRETO, 2003), com o intuito de se livrar de trabalhadores(as) que representam ameaça aos planos de poder? O poder exercido era direto, brutal, imediato, e a qualquer impedimento ou ameaça que porventura surgisse ao processo de acumulação da riqueza, especialmente sobre a execução do trabalho necessário para que tal ocorresse, a resposta era imediata, podendo sem dificuldade terminar em morte do(a) trabalhador(a) – a não ser que essa morte representasse um prejuízo maior para o dono dos meios de produção.

As áreas de servidão na Itália e na Espanha tinham características econômicas semelhantes, embora os *aspectos legais de estatuto* dos camponeses fossem um tanto diferente, (...) cujos escravos e colonos tinham se transformado nos típicos trabalhadores diaristas sem terra dessas regiões. A criação de gado, a produção de trigo e a *extorsão* de tudo o que fosse possível ao miserável campesinato eram as fontes de renda dos duques e barões que os possuíam (HOBSBAWM, 1994, p. 31) (grifo dos autores).

A hipótese defendida aqui é que o assédio moral no trabalho *não podia ter existido* nesse período histórico, pois sua necessidade não estava inscrita na economia política e que a defesa de sua existência em épocas anteriores à reestruturação produtiva é portanto, um anacronismo. Economia política cujo objeto são as relações sociais pertinentes à atividade econômica, que é o processo de produção e distribuição de bens necessários para satisfazer as necessidades individuais ou coletivas dos membros da sociedade (NETTO, 2006). As necessidades coletivas da classe dominante do período descrito por Hobsbawm eram satisfeitas com relações em que

o grande nobre espanhol podia reinar como um leão na selva e espantar com seu urro tudo que dele se aproximasse:

Ora, o senhor que podia isto, precisaria atuar contra aqueles “que apresentam algum tipo de contestação à lógica”, “isolando-a do grupo sem explicações, com a vítima passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos pares? (BARRETO, 2003 – definindo a atuação do assediador). Ele simplesmente “urrava” e espantava tudo que dele se aproximasse (HOBBS-BAWM, 1994, p. 32).

Consolidação do capitalismo monopolista: o taylorismo/fordismo

Analisemos agora o século XX, em que o capitalismo industrial nascente inaugura uma nova dinâmica na organização da produção, impondo novas configurações em todos os níveis sociais. As mudanças e o novo que o nascente capitalismo traz em seu bojo carrega consigo o velho: a luta de classes e a divisão social causada pela apropriação privada da riqueza produzida coletivamente.

A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal como *realmente* são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como se desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade (MARX, 1986, p. 36) (grifo no original).

A partir do início do século XX, a produção é organizada seguindo as determinações da Administração Científica de Taylor, implantadas na fábrica fordista. A indústria taylorista/fordista veio substituir a manufatura, em que o trabalho é fundado na destreza manual, que comanda a ferramenta, o que significa que o capital controla o trabalho, submete-o, mas é uma subsunção formal (ANTUNES, 1999). Com o advento da maquinofatura (1850/1860), a grande indústria, o trabalho perde a destreza e torna-se apêndice da máquina ferramenta. O trabalho subordina-se à máquina, esta dita o ritmo: instaura-se o processo de subsunção real. Nesse momento, o capital conclama a força de trabalho de mulheres e crianças, porque com a máquina ele prescinde tanto da destreza manual quanto da força física.

Os novos métodos de trabalho estão indissolvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas

empresas para controlar a “moralidade” dos empregados são necessidades do novo método de trabalho (GRAMSCI, 1978).

Os processos de trabalho sob os traços da gestão fordista-taylorista predominaram na indústria capitalista, ao longo do século XX, o primeiro com o controle dos tempos e movimentos dos(as) trabalhadores(as) e o segundo com sua produção em série. Para manter e implementar tais processos de controle e racionalização na fábrica torna-se necessário ao capital exercer o controle sobre a vida do(a) trabalhador(a), uma vez que a produção da força de trabalho implica a produção da vida humana em sua integralidade, isto é, processos de produção e reprodução da vida. Trata-se do advento da subsunção formal da vida dos(as) trabalhadores(as) ao capital (TUMOLO, 2003).

O desenho das instalações taylorista/fordista é caracterizado pela produção em massa, homogênea, intensificada, em que o trabalho se converte plenamente em apêndice da ferramenta, separando a execução da formulação de forma nítida. A linha de montagem organiza e dita o tempo dos(as) trabalhadores(as), primeiro por meio do cronômetro taylorista e depois pela homogeneização fordista. Essa organização das instalações entra inicialmente na indústria norte-americana e se estende posteriormente para outros setores, para além da indústria nos setores de serviços.

Além de um novo tipo de Estado, essa nova forma de organização da produção exigia um novo tipo de ser humano. Decorre daí a necessidade de criar uma nova ética, com as indústrias passando a se interessar inclusive pela vida sexual de seus(suas) trabalhadores(as) e pela acomodação de suas famílias.

Na fábrica fordista, a primeira inovação se refere ao parcelamento das tarefas, reduzindo o custo da força de trabalho para o patrão. Anterior ao advento do fordismo, do ponto de vista político, o(a) trabalhador(a), cuja formação demanda um tempo significativo, não pode ser facilmente substituído(a) por outro(a) com a mesma qualificação, porque este(a) outro(a) também foi formado(a) nas mesmas condições. Do ponto de vista ideológico, este(a) trabalhador(a) é cioso(a) do seu saber e pode organizar-se como classe com maior facilidade. Com o fordismo, o parcelamento das tarefas traz vários ganhos ao capitalista: redução de tempos mortos com aumento de mais-valia extraída; redução do investimento na formação de cada trabalhador(a) (número limitado de gestos repetidos; cumprimento de tarefas simplificadas ao extremo), facilitando a formação do exército industrial de reserva; com a desqualificação do trabalho, retira-se o saber especializado do(a) trabalhador(a) com impacto tremendo sobre sua subjetividade: o(a) trabalhador(a) se sente refém da demissão, desvalorizado(a), inferiorizado(a), trocado(a) e, dessa forma, o processo de sujeição ideológica se instala, dificultando sua reação, bem como sua organização em instituições de classe (sindicatos e partidos).

Ford instala o controle do fazer operário. A ligação do trabalho se dá pela linha de produção e as inovações implementadas logo dão resultado. Na velha forma de produção, um automóvel era fabricado em doze horas e meia; no taylorismo, o tempo de produção do automóvel cai para menos de seis horas. Entretanto a burguesia “não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX apud NETTO, 1998, p. 8), e o tempo de produção cai ainda mais: 2 horas e 38 minutos, graças ao processo de treinamento dos operários, até alcançar 1 hora e 30 minutos, após a introdução das primeiras linhas automatizadas.

Na era Ford ganha concretude um processo que perpassa toda a construção do modo de produção capitalista, que é o capital como uma relação social: constroem-se mentes, corpos e corações, segundo seus interesses. Trata-se de uma subjetividade “desejável” para a classe trabalhadora. Para receber os 5 dólares prometidos, Ford estabelece uma série de condições aos(as) trabalhadores(as): não podem ser mulheres, não podem beber, devem destinar seu salário à manutenção da família, devem frequentar a igreja etc. O capital, para implementar um certo modo de produzir, necessita de certas características pessoais: uma subjetividade moldada para aquele modo de trabalhar e não uma outra.

Revelam-se já aqui traços do imperialismo norte-americano que se mostrará com força total após a Segunda Guerra Mundial. O Imperialismo, em sentido amplo do termo, revela-se não apenas como subjugação econômica, mas como político-ideológica. É o americanismo, o modo de viver norte-americano, ditando procedimentos para os(as) trabalhadores(as) de todo o mundo. Nos anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, aumenta ainda mais a influência do fordismo. No bojo do Plano Marshall, que visava à reconstrução da Europa Ocidental com capitais americanos, as Missões Europeias analisam o sistema norte-americano de produção, que se torna referência obrigatória na indústria automobilística. Essa atração pelos métodos tayloristas de organizar a produção (utilizada pelo fordismo) não acontece apenas no campo da burguesia, mas se estende inclusive a pensadores e direções de esquerda.

A partir dos anos 1960, no entanto, os métodos fordistas são cada vez mais contestados. O fordismo ainda é o sistema de produção dominante na indústria do início dos anos 1970, mas aparece emblematicamente como símbolo da exploração capitalista: “sem qualificação, o operário da linha de produção aparece apenas como uma máquina de dar lucro para a empresa.” (GOUNET, 2002). Lutas operárias na França, na Itália, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos fazem acender o alarme no reino do patronato: é preciso mudar para que tudo continue como está. Surgem experiências avançadas em alguns países e mais limitadas em outros, buscando sair da camisa-de-força fordista.

A emersão do toyotismo: tudo de novo, novamente

Nos anos 1970, o capitalismo conhece uma grande crise, que possui dimensões econômicas, políticas e ideológicas. A crise econômica refere-se ao fato de que o processo de valorização do valor, motivação central do capital, se encontrava em risco e não poderia mais continuar com a produção organizada nos moldes fordistas (MARTINS, 1999). Tornar-se necessário que o capital aprofundasse o movimento de expansão pelo planeta, descentralizando a produção, refazendo a planta da fábrica, desterritorializando (e às vezes desaparecendo) com a linha de produção. Esse movimento obedecia a uma lógica econômica e política: a primeira lógica significa que a descentralização territorial aumenta a extração da mais valia, na medida em que o capital se instalava em países não cêntricos, nos quais a força de trabalho era paga a custos baixíssimos; a lógica política significa que, separando o operário-massa do fordismo em operários dispostos em pequenas unidades, dividia-se a classe trabalhadora em pequenos grupos, cada um obedecendo a um contrato de trabalho diferente, contratados por empresas diferentes (processo de terceirização e quarteirização), o que dificultava e impedia que os(as) trabalhadores(as) se organizassem e se reconhecessem como iguais, com o mesmo interesse.

Mas nenhum sistema opressivo – e o capitalismo não é exceção – governa baseado apenas na força, é preciso o uso do convencimento, da cooptação ideopolítica. O capital precisa forjar elementos para convencer a parcela da humanidade – trabalhadores(as) e estudantes – que contra ele se rebelara, que havia mudado, que conseguiria responder às grandes questões postas pelas lutas estudantis e de trabalhadores(as). Mas mudar na direção exigida pelas lutas sociais significaria a extinção do sistema de metabolismo do capital. O dilema então se apresenta: como fazer mais do mesmo parecendo que tudo mudou? A configuração que se fez da organização do trabalho e gestão da produção aponta para o fato de que foi uma estratégia de que se vale o capital, para aumentar a mais-valia relativa e responder a (algumas) exigências dos movimentos contestatórios, na perspectiva lampedusiana de que é preciso que algo mude para que tudo permaneça como está.

O padrão de acumulação de capital que passa a vigorar (toyotismo, ohnismo, pós-fordismo) se caracteriza tanto pela introdução de inovações tecnológicas como de novas formas de organização e gestão do trabalho, em que novas formas se apresentam como se fossem menos despóticas.

O toyotismo tem como traço central o controle agora não mais exercido, formalmente, por uma pessoa denominada para tal fim e como tal reconhecida, como o supervisor, mas é um controle internalizado, a ponto de dispensar o supervisor, o controle é exercido de cada um sobre si mesmo e sobre o outro, parceiro de tarefas. Nesse momento, faz-se mister o uso manipulatório das emoções, dos afetos. No fordismo o controle podia

ser explícito, no toyotismo é preciso mascarar o domínio que o capital exerce, naturalizar de tal modo os processos de controle que eles apareçam como internos, inerentes à “natureza humana” e, como tal, impossível de combater. Para que tal processo ocorra, são necessários métodos de gestão/controle com uma nova qualidade, da mesma forma que Taylor e sua “administração científica” tanto contribuíram no fordismo.

Quando surge no Oriente o toyotismo, este se instala sobre uma base material e ideológica muito diversa em relação ao Ocidente, o que exige a criação de novas formas mais refinadas (porque lhe falta a base material) de cooptação. Do ponto de vista das subjetividades necessárias para que tal ocorra, uma forte aparato ideológico foi montado, para que se “educassem” os(as) novos(as) trabalhadores(as) para este processo.

A base dos novos processos produtivos sobre as quais se erigem subjetividades necessárias ao sistema são variadas: efetua-se a substituição do trabalho desqualificado pelo/a operário(a) polivalente em que o(a) operário(a) “aparece” como integrando uma equipe, ao invés da linha individualizada, produzindo elemento para a “satisfação” da equipe que está na linha, ao invés de mercadorias para alguém que não se conhece.

Este processo solicita todo um envolvimento emocional por parte dos(as) trabalhadores(as), toda uma nova sociabilidade; a flexibilização da produção, assim como novos padrões de produtividade, novos padrões de gestão de força de trabalho emergem, baseados na ‘cooptação’ dos(as) trabalhadores(as), no seu envolvimento emocional com a empresa, na cooperação, no envolvimento manipulatório, socialidades forjadas na lógica de produção de mercadorias. No entanto, para implantar alguns desses mecanismos de cooptação, não basta apenas o convencimento, ao contrário, se constrói essa adesão em cima de uma forte base material de organização da produção. São várias as formas de envolvimento das novas instalações: trabalho em equipe, CCQ, Estoque Zero, *Kanban*.

Contudo, as mudanças introduzidas nas empresas não ocorrem sem resistência dos(as) trabalhadores(as) que se rebelaram no Ocidente, havia pouco tempo, e a quem o capital interessava atrair, de uma forma nova, mais “democrática”. Gesta-se então um conjunto de normas objetivas, que, para além de atuar sobre o fazer concreto do(a) trabalhador(a), buscava criar uma nova subjetividade na classe trabalhadora.

Os enunciados ideológicos gerados pelo capital enfatizam as relações de proximidade, as relações de pertença, as emoções: não mais o trabalho desmotivante, mas a realização, o cliente satisfeito, a individualidade e o talento do(a) trabalhador(a) reconhecido(a), o(a) profissional múltiplo(a) ao invés do(a) especializado(a) etc. A efetiva penetração da nova fase da acumulação capitalista, apoia-se, explicitamente, em enunciados ideológicos implícitos, em uma necessidade de “dourar” a pílula, deslocando o *locus* afetivo dos(as) trabalhadores(as) do lar para o local de trabalho. A vigilância exercida de fora passa a ser dispensável, o(a) trabalhador(a) internaliza as

regras, toma-as como suas, adota-as. O que dificulta (mas não impede) as possibilidades de rompimento, pois não há como burlar aquilo que não se reconhece como controle, não há como burlar a autovigilância.

Nesse processo não é mais possível o exercício da vigilância explícita; em 1968, muitos saíram às ruas repudiando este modo de produzir a vida, a consciência social denunciava este modo de viver. Estava posto o dilema: o capital não podia abrir mão da coerção, mas não podia fazê-lo de forma tão explícita. E o exercício da coerção só é efetivo se houver sanções para os que discordarem. É exatamente aqui que surge o assédio moral no trabalho como tática de coerção que não pode ser explicitada e que culmina com o(a) próprio(a) trabalhador(a), que, ao internalizar a imagem de si como culpado da perseguição que sofre, “autoaplicando-se” uma sanção, seja por depressão, morte ou suicídio.

Assédio moral no trabalho

Para Barreto (2003), assédio moral no trabalho é a exposição dos trabalhadores e das trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas em situações ligadas ao trabalho e ao exercício de suas funções. Essas situações são causadas por pessoas que detêm poder na estrutura da empresa, embora às vezes possam não ocupar cargos e são dirigidas a um(as) ou vários(as) subordinados(as). Difere substantivamente do simples dano moral, pois este envolve atos de ofensa ou humilhação que ocorrem em situações cotidianas em que os sujeitos detêm formalmente os mesmos direitos. Reagir à perseguição ou a humilhação, quando entre as pessoas não existem laços de poder, especialmente se não envolve a relação de trabalho, é uma questão de escolha pessoal, cujas consequência se encerram ali, na relação estabelecida. Reagir a uma humilhação praticada por alguém que detém o poder/hierarquia nas relações de trabalho significa que as consequências se estenderão para além do fato em si, envolvendo consequências sobre o vínculo de trabalho. Assediar, então, significa cercar, deixar sem saída, exatamente por envolver relações de poder.

A atuação do assediador contra os(as) assediados envolve atos objetivos e subjetivos. Os atos objetivos têm como objetivo desconstruir o trabalho do trabalhador, sua competência; os subjetivos visam construir no sujeito e nos seus colegas de trabalho, uma imagem deste trabalhador como de menos valia, de incompetência. De tal modo que, quando o assédio moral no trabalho se torna efetivo, quando amadurece, os colegas de trabalho classificam o assediado como merecedor do assédio e o próprio assediado se sente, “intimamente”, se não merecedor de tamanho sofrimento, pelos menos “culpado” por ele, pois efetivamente seu trabalho não é mais competente.

Do ponto de vista psicológico, a atuação do assediador se faz ao tomar as características particulares de cada trabalhador(a) e transformá-las em defeito (raça, gênero, orientação sexual, compleição física etc.). Ao xingar o trabalhador de uma qualidade que ele efetivamente tem – xingar um negro de negro, um homossexual de ‘bicha’ – o que se oculta é que esta é uma característica, não um defeito. O que aparece para o sujeito é que ele está sendo xingado de algo que não é falso, isto é, ele efetivamente possui esta característica. A aparência, que é parcial, aparece como se fora todo o sujeito, ideologicamente. Aqui está a razão pela qual o assédio moral no trabalho recai com mais frequência sobre trabalhadores(as) que possuem características socialmente qualificadas como menos valorizadas: negros, mulheres, homossexuais, migrantes, etc. Torna-se mais difícil xingar um branco, pois ser branco é considerado superior em uma sociedade racista; é preciso encontrar uma outra “qualidade” negativa, para que o assédio funcione.

O assédio moral no trabalho é uma forma de gestão do trabalho, um modo de implementar a lógica neoliberal, desejada na reestruturação produtiva. Daí se depreende que ele *não é causado* porque o assediado ou o assediador *têm problemas psíquicos* (o que não exclui que eles possam tê-los), *mas provocam problemas psíquicos*. A legião de intelectuais orgânicos, a serviço do capital, está produzindo muitas pesquisas para mostrar como as características psicológicas dos sujeitos são responsáveis pelo assédio moral no trabalho. Psicologizar a realidade é uma eficiente forma de desresponsabilizar o sistema das consequências do seu funcionamento. Culpar os sujeitos, colocando neles a responsabilidade por possuir uma dada característica pessoal, é tomar posição ao lado do capital, mesmo que no nível discursivo esses pesquisadores se afirmem ao lado do(a) trabalhador(a).

Como o assédio moral no trabalho é uma forma de gestão de trabalho que se utiliza das características pessoais do sujeito para assediá-lo, depreende-se que não há um tipo psíquico mais facilmente identificável como assediador(a): o sistema se utiliza de determinadas características pessoais – um mais autoritário, outro mais submisso – para implementar sua lógica de gestão. O que significa que todos(as), independentemente de suas características psíquicas, podem ser assediados(as) ou assediadores(as), bem como podem recusar o papel de assediador e superar o de assediado. Recusar o papel de assediador é uma escolha pessoal, para superar o de assediado *também* é necessária uma decisão pessoal, mas só é possível realizar a superação coletivamente.

O capital é uma relação social, totalizante, que busca subsumir toda vida societal à sua lógica, que é valorizar o valor, mercantilizar todos os atos sociais. Significa que há uma lógica no assédio moral no trabalho. Este não é algo espontâneo e sem sentido, bem como há uma lógica na escolha dos(as) trabalhadores(as) que serão assediados; os(as) escolhidos(as)

são aqueles que apresentam algum tipo de contestação/incômodo à lógica neoliberal.

Como se inicia o assédio moral no trabalho? Com a vítima escolhida sendo isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos seus pares. Este processo é repetido várias vezes, intencional e na maioria das situações, feitas de forma sutil, sem que os sujeitos envolvidos percebam sua intencionalidade. Os colegas, alguns por concordância, internalizando o que o chefe propõe, e outros, por medo das retaliações, associando ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços afetivos com a vítima e, frequentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando o “pacto da tolerância e do silêncio” (BARRETO, 2003) no coletivo, enquanto a vítima gradativamente se desestabiliza e se fragiliza.

Voltemo-nos, então, para a análise de como se gestam e se mantêm estas emoções – de concordância, de pacto de silêncio, de indiferença frente ao sofrimento, de intolerância ao diferente etc.

Emoções como fenômeno histórico

Para a psicologia materialista histórico-dialética, o psiquismo humano é de natureza sócio-histórica (VIGOTSKI, 1999), não há um psiquismo pronto que vai entrando em contato com o meio externo e “adaptando-se”. A construção do psiquismo humano é um processo de vir a ser, um devir, uma construção sócio-histórica. Quais elementos em determinado contexto histórico constituem ou fazem emergir determinadas emoções, como se articulam as necessidades das classes dominantes com as emoções dos seres humanos, quais são as mediações necessárias para a construção de psiquismos adaptados ou rebeldes?

Analisemos então as emoções gestadas na ocorrência do assédio moral no trabalho, para que não as reifiquemos. As emoções são fenômenos históricos e cada época molda (e atualiza) as emoções necessárias para a sua própria reprodução, utilizando-as como estratégia de controle e coerção social (VIGOTSKI, 1999). Tal afirmação, à saída, já anula a afirmação de que o Assédio Moral, enquanto sinônimo de humilhação no trabalho, sempre existiu:

A forma atual da acumulação ampliada do capital, chamada de acumulação flexível, produz a dispersão, a fragmentação de grupos e classes sociais, destruindo antigos referenciais de identidade e de ação e tornando altamente complicada a criação de novos referenciais, de tal maneira que a fragmentação e a dispersão tendem a aparecer como naturais e a se oferecerem como valores positivos (CHAUI, 1998, p. 2).

As novas formas de gestão do capital assumem a forma de apelo às emoções, agora vistas positivamente, só que pragmaticamente, servindo à opressão humana e não à sua autonomia. O capital precisa de que a empresa se torne depositária dos afetos dos(as) trabalhadores(as), de que ela substitua o “lar” como *locus* privilegiado de afeto e amizade.

As emoções são mediadas por significados sociais, que são atribuídas conforme a posição que cada sujeito ocupa de acordo com a época histórica em que vive. Essas emoções são vividas de forma singular por cada indivíduo, mas são determinadas historicamente. A atual superestimação das emoções não se dá no vazio, não cai do céu nem é por acaso que acontece nesse momento histórico, mas encontra, também ela, suas raízes nos interesses econômicos da burguesia, bem como obedece à lógica societal gestada pelo capital. A utilização massiva da emoção e seus sucedâneos se dão como tentativa de fazer o capital aparecer como processo de “humanização”, como avanço societal. Mas a lógica que o capital instaura com sua vigência “não deixou entre homem e homem outro vínculo que não o do frio interesse, o do insensível ‘pagamento em dinheiro’”. (MARX, 1998, p. 7).

A utilização dessas emoções se dá obedecendo à lei de valorização do valor, como forma contemporânea de extração da mais-valia relativa, tão mais eficiente do ponto de vista econômico, quanto mais não reconhecida como tal, do ponto de vista ideológico. A superestimação das emoções não é uma simples mudança cultural, sem nenhuma ligação com o sistema capitalista, mas é uma parcialidade com ligações fundamentais com a totalidade, que é a lei de valorização do valor (central no sistema capitalista).

As funções psíquicas se desenvolvem no curso da evolução histórica da humanidade por meio da interiorização dos signos (que são símbolos convencionais que têm significados), sendo que os signos sociais (que são ideológicos) se inscrevem no biológico, na medida em que podem determinar as conexões entre as funções psíquicas. O significado que as emoções adquirem na consciência das pessoas determina o aparecimento de novos sistemas e de novas formas de comportamento, que surgem a partir dos conteúdos extraídos pelo ser humano do meio social onde desenvolve suas atividades (VIGOTSKI, 1999).

As atividades exercidas pelos(as) trabalhadores(as) no início do capitalismo eram:

A leste da Europa Ocidental (...) ficava a região de servidão agrária. (...) Esta vasta zona tinha trechos onde viviam camponeses tecnicamente livres: colonos alemães espalhados por toda a região, da Eslovênia ao Volga, clãs virtualmente independentes nos selvagens montes rochosos do interior da Ilíria, camponeses guerreiros quase tão selvagens como os panduros e os cossacos no que até recentemente foi a fronteira militar entre os cristãos e os turcos ou tártaros, colonos

pioneiros e livres para além do alcance do senhor ou do Estado, ou os que viviam nas grandes florestas, onde a lavoura de larga escala era impossível. Entretanto, no geral, o lavrador típico não era livre, e de fato estava quase afogado pela enchente de *servidão* que foi crescendo praticamente sem cessar desde fins do século XV e princípios do XVI (HOBSBAWM, 1994, p. 30 – grifos nossos).

Os signos sociais construídos na realidade acima descrita, não podem ser idênticos aos que surgem na reestruturação produtiva, visto que são realidades diferentes. É somente com o advento do capitalismo que surge a figura do(a) trabalhador(a) enquanto vendedor(a) da sua força de trabalho, a qual este(a) livremente coloca à venda no mercado por um número determinado de horas. O(A) trabalhador(a) no feudalismo anterior era comprado enquanto trabalho, não enquanto força de trabalho.

Essas épocas históricas guardam semelhanças entre si, pois são modos de produção em que ocorre a exploração do trabalho, a apropriação privada do excedente produzido socialmente, mas não são idênticas.

Para Marx,

Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso quer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema, (...), mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns (MARX, 1982, p. 4).

A exacerbação dos processos afetivos, a sua extensão para *o locus* do trabalho, não é simplesmente um processo ideativo, uma “representação social” desvinculada de realidades materiais, mas um processo complexo, cujas raízes primárias se encontram na necessidade de extração de mais-valia (relativa). Não se trata aqui de defender cartesianamente a divisão entre razão e emoção como processos díspares, que se autoeliminam, mas pensar o psiquismo humano como dialeticamente composto de razão e emoção, com a razão exercendo um papel analítico, inclusive sobre os próprios sentimentos.

As vivências intelectuais do ser humano se refletem como sensações emocionais. O pensamento está a serviço das emoções – novos sistemas de comportamento surgem de determinados conceitos ideológicos. Não é um dado trabalhador que elabora como uma mônada determinada emoção que não havia anteriormente. Ao se tomar como exemplo o conceito de que a violência nas relações de trabalho no século XIX se expressa na humilhação e depreciação do trabalhador, ver-se-á que sua criação não foi obra de um gênio, mas esse é o sistema conceitual do grupo a que

pertence. É um mecanismo psicológico cuja origem é determinada por um sistema conceitual, pelo valor que se dá a tal ou qual função. Aparece um novo conceito de relações profissionais, extraído pelo(a) teórico(a) do meio social em que vive, que cria uma nova forma de comportamento intra-individual num sistema.

Dessa forma, a sociedade capitalista, conforme seus interesses em cada momento histórico – fordismo/taylorismo ou toyotismo – cria um sistema de conceitos que dão base para o surgimento de determinados sentimentos. Como se dá esse processo? Os sentimentos que emergem em determinados extratos da sociedade, em determinados indivíduos ou grupos de indivíduos desse extrato social, passam pelo processo de aceitação ou rejeição. Como exemplo, tome-se o caso de uma mulher que, na Grécia Antiga, quisesse ter acesso ao mundo intelectual. Esse desejo não era considerado adequado para as mulheres, já que elas tinham outro papel a cumprir na manutenção daquela sociedade.

Tomando exemplos de trabalhadores(as) em épocas históricas diferentes, é possível ver que mudam as emoções desejáveis de serem desenvolvidas. O meio em que estamos inseridos impõe não só a ideologia, mas também os sentimentos. Não se sente no geral, mas percebe-se cada sentimento de modo específico, isto é, como humilhação, ciúme, cólera, ultraje. A relação entre sentimento e pensamento faz com que, ao nomear os sentimentos nutridos por alguém, isto provoque mudança nesse sentimento: caso se nomeie a apreensão sentida ao se pensar na perda da pessoa amada como ciúme, provocam-se mudanças nos sentimentos, pois nunca se experimenta o ciúme de maneira pura, pela consciência de suas conexões conceituais.

A razão tem poder sobre os afetos, ela pode alterar tanto a ordem como a conexão das emoções e fazer com que concordem com a ordem e as conexões por ela estabelecidas (VIGOTSKI, 1999). Isso não significa que esse é um processo de simples convencimento ou de nefastas práticas de autoajuda, mas sim um processo complexo. No processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas entram em conexões com as normas sociais gerais relativas seja à consciência que o sujeito tem de si quanto do mundo. O meu sentimento com relação a alguém não é absoluto, ele entra em conexão com o valor que essa pessoa dá ao sentimento do outro, com a compreensão dela. Se na escravidão negra no Brasil, as mulheres negras eram obrigadas a fazer sexo com seus senhores, e esta prática era considerada legítima (mesmo que não legal), no capitalismo do último quartel do século XX, esta prática se torna ilegítima e ilegal, nomeando-se como assédio sexual.

As emoções são históricas e se alteram em meios ideológicos e psicológicos distintos, apesar de que neles reste um certo radical biológico, em virtude do qual surge essa emoção. Tal afirmação aponta para o fato de que a construção social do indivíduo é um processo profundamente radicado

na materialidade, pois as alterações são possíveis, mas ocorrem dentro de determinadas circunstâncias, sendo limitadas e não autocriação infinita.

Para Vigotski (1999), o papel social de cada indivíduo não se deduz do caráter, mas a partir do caráter cria-se uma série de conexões caracterológicas. Os traços sociais (gênero e raça/etnia, por exemplo) e de classes formam-se no ser humano a partir de sistemas interiorizados, que nada mais são do que os sistemas e relações sociais entre pessoas trasladados para a personalidade. Também as aptidões profissionais se baseiam no sistema necessário de conexões para o exercício de tal ou qual profissão. Aqui é possível fazer a denúncia do modo de produção capitalista como sistema que, além de explorar a força de trabalho, empobrece violentamente as capacidades humanas, pois o capital reduz as habilidades de cada trabalhador(a) a uma monótona repetição de gestos. Perspectiva-se que cada ser humano possa reunir em si não apenas funções isoladas, mas criar um centro único para todo o sistema, transformando-se, assim, em seres humanos dotados das mais elevadas qualidades éticas e espirituais. (VIGOTSKI, 1999).

Ao analisarmos a gênese do Assédio Moral no trabalho, defende-se que no período da reestruturação produtiva, as emoções são valorizadas porque fazem parte do processo de constituição da força de trabalho. A gestão da força de trabalho é feita predominantemente utilizando-se das emoções dos(as) trabalhadores(as), não só para promover a submissão político-ideológica, mas, principalmente, e este é seu traço distintivo, para aumentar a extração da mais-valia relativa. É necessário então que se analisem as emoções com acuidade, para saber como estão constituindo-se e repondo-se nesse processo.

Uma análise que procure ir para além dos fenômenos epidérmicos, deverá voltar-se com cautela sobre a forma como a Academia tem enfrentado as questões do trabalho. Muitos teóricos abordam esta questão partindo do pressuposto, não explicitado, de que o modo de produção capitalista é o único possível, que a forma de organização da vida que ocorre sob a égide do capital é o ponto supremo a que chegou a história humana. O trabalho alienado, ou seja, o trabalho realizado sob a forma capitalista, é tomado como protoforma do trabalho, como se sempre tivesse existido assim e continuará assim sendo.

A divisão social do trabalho existe nas mais diversas formações sócio-econômicas, mediada, ou não, pelo intercâmbio de mercadorias. O que especifica o modo de produção capitalista é a divisão manufatureira do trabalho, que pressupõe “a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos, transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence” (MARX, 1988, p. 267).

Considerações finais

No sistema capitalista, o resultado (produto) esconde o processo, por isso torna-se necessário avaliar com acuidade os fenômenos que emergem em cada formação histórica e sua relação com o modo de produção vigente. Para humilhar alguém, para que a humilhação seja sentida como tal e combatida como algo não natural, pressupõe-se que as pessoas *não possam* ser humilhadas, que elas tenham o direito de serem tratadas como “*livres vendedoras da sua força de trabalho*”, não como coisas, pois é nisso que a humilhação e a violência as transforma (CHAUI, 1998). No período histórico anterior ao século XVIII, os(as) trabalhadores(as) eram *coisas*, do ponto de vista jurídico – portanto, sem direito de serem tratadas como livres; tão coisas como o arado e o cavalo, como tal, eram tratados e como tal se viam (excluindo-se os recalcitrantes e rebeldes). Então, a possibilidade de alguém se sentir humilhado era algo escrito na história, podia ocorrer entre pessoas da classe dominante, nas relações pessoais e mesmo comerciais, mas não na relação de trabalho, entre trabalhadores(as) e supervisores, patrões e seus representantes. A dominação, sob qualquer forma que se apresente, inicialmente se dá pela força, depois é necessário o convencimento. Entretanto, o convencimento necessário no feudalismo é diferente do convencimento do capitalismo: naquele a espada (o domínio do latifundiário sobre o camponês por laços de dependência econômica e coação física, retirando este último da órbita do Estado) andava junto e era necessária e legítima socialmente, neste (capitalismo) a espada não é tão bem vista, ou pelo menos não pode ser usada abertamente. Apenas no capitalismo a necessidade do controle se torna imanente, no feudalismo, a relação entre aprendizes e artesões se dá balizada em relações sociais de outra natureza.

Tratar o assédio moral no trabalho como sempre existente, ou seja, colocar no mesmo caldeirão qualquer forma de sofrimento e dominação dos(as) trabalhadores(as), sem distinguir entre as várias formas que esta dominação assume na história, é tratar os(as) trabalhadores(as) como negatividade (como pobres sofredores[as]) e não como positividade, como o faz Marx, como os(as) portadores(as) da qualidade fundamental do trabalho, de criação do mundo via trabalho; apesar da sincera e comovente dedicação de alguns destes teóricos, sua atuação acaba por desarmar os(as) trabalhadores(as), pois se sempre a velha humilhação está aí, sempre suportada pelos(as) trabalhadores(as), como faremos para combatê-la? Essa tarefa se torna impossível, a não ser com o auxílio dos doutos senhores do saber, que decididamente não estão entre os(as) “ignorantes e rudes” trabalhadores(as) do chão da fábrica, tão desajeitados nas lides teóricas. Se sempre foi assim, e se é hoje, por que razão o futuro seria diferente? Vista dessa maneira, a opressão se torna quase inamovível, sólida, assustadora, obstando assim qualquer forma de reação dos(as) trabalhadores(as).

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

BURKE, P. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

CARDOSO, C. F. *Trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CHAUÍ, M. Ética e violência. *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 39, out/nov/dez 1998.

ELIAS, N. *O processo civilizador: a formação do Estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FRANCO JR., H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GARCIA, J. C. A categoria trabalho na medicina. In: NUNES, E D. *Pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1989.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 2002.

GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HELOANI, J.R. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.

HOBBSBAWN, E. *A era das revoluções: 1789-1848*. 9a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARTINS, J. *Os limites do irracional: globalização e crise econômica mundial*. São Paulo: Fio do Tempo, 1999.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982.

MARX, K.; ENGELS F. *Obras escolhidas em três volumes*. v. 3. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

_____. *Obras escolhidas em três volumes*. V. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

NETTO, J. P. Prólogo. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, T.M.S. *Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 2006.

_____. Assédio moral e reestruturação produtiva. *Revista de Trabajo Social Plaza Pública*, Tandil (Argentina), 2009.

TUMOLO, P.S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 159-178. 2003.

VIGOTSKI, L. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Recebido em 28 de novembro de 2013.

Aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2013.